

RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.629 - PE (2014/0084658-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : MEDICAL SYSTEMS FINANCE S A
ADVOGADOS : JOAQUIM MANHAES MOREIRA E OUTRO(S) - SP052677
GUILHERME EDUARDO PAHL E OUTRO(S) - SP200202
ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO - PE001241A
RECORRIDO : FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO FADE
ADVOGADOS : JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO - PE003450
IVAN BARRETO DE LIMA ROCHA E OUTRO(S) - PE020600
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
INTERES. : OFERIL S/A
INTERES. : PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF.

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo interposto pelo agravante, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 2.757):

EMENTA: Processual civil. Agravo de instrumento.
Decisão que manteve a indisponibilidade dos depósitos bancários da FADE, até o trânsito em julgado de sentença em sede de ação civil pública. Execução provisória. Óbice à alienação patrimonial. Fundação que atua na gestão de recursos públicos, prestando serviços de utilidade pública. Verbas impenhoráveis.
Retenção dos valores. Prejuízo irreparável tanto a FADE quanto à UFPE e a população assistida. Agravo provido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 2.786/2.789):

Nas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 649, IX, do CPC/1973, pretendendo o afastamento da impenhorabilidade dos valores depositados em conta da recorrida, sob o argumento de que a norma processual prevê a inadmissibilidade de constrição apenas quando a verba é utilizada em uma das finalidades previstas, quais sejam, saúde, educação ou assistência social.

Destaca, nesse contexto, que (e-STJ fl. 2.814)

(...) é importante mencionar que a alegada impenhorabilidade dos recursos já constritos deve ser vista com razoabilidade, uma vez que apenas são impenhoráveis os recursos públicos destinados a fins específicos, ou seja, tais recursos devem ser aplicados compulsoriamente em educação, saúde ou assistência social.

É muito cômodo à Recorrida alegar que os valores depositados em sua conta bancária são impenhoráveis e não requerer a substituição de tais valores por outro bem que garanta o débito exequendo.

Aliás, essas alegações da Recorrida já foram base de outro recurso de agravo de

Superior Tribunal de Justiça

instrumento (autos 1.135.912-0/2), cuja decisão do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi justamente pela penhorabilidade dos recursos existentes em suas contas bancárias.

Em referido recurso decidiu o E. Tribunal que não restou comprovado que os valores bloqueados tinham origem pública, tampouco que a utilização seria voltada para a saúde, educação ou assistência social, razão pela qual era inaplicável o inciso IX, do artigo 649 do Código de Processo Civil,

Suscita afronta ao art. 655, I, do CPC/1973, requerendo a observância da ordem de preferência de penhora da norma processual.

Foram apresentadas contrarrazões (E-STJ fls. 2.825/2.827).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ao decidir pela manutenção da impenhorabilidade dos valores depositados em contas bancárias de titularidade da recorrente, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fl. 2.787):

É indubitoso que a FADE, pela natureza dos serviços que presta, de apoio ao desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, e dos financiamentos dos quais é destinatária, atua na gestão de recursos públicos, o que implica na indisponibilidade dos bens e valores empregados para consecução dos seus objetivos sociais.

Quanto ao princípio da menor onerosidade, sua aplicação beneficia a executada, ora agravante, que necessita da disponibilidade dos recursos para manutenção das suas atividades, é não a agravada.

A modificação das conclusões do acórdão recorrido a fim de afastar a natureza de verba pública com destinação vinculada dos valores depositados demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Além disso, a Corte local afirmou que a aplicação do princípio da menor onerosidade da execução se dá em benefício do executado. O mencionado fundamentado não foi impugnado pela recorrente, que se limitou a sustentar que, afastada a impenhorabilidade, deve ser observada a ordem do art. 655 do CPC/1973. Incide, portanto, a Súmula n. 283 do STF.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intemem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator